

MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS									
Documento: PQ-000-V.2								Elaborado em: 16/05/2023	
Elaborado por: Comissão Interna de Chamamento Público									
UNIDADE: Hospital Estadual de Águas Lindas de Goiás - HEAL									
NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA UBAÍRA - S3 GESTÃO EM SAÚDE									
NT: FA.1 + FA.2+ FA.3		Nota FA.1: Área de Atividade = Máximo 20 pontos		Nota FA.2: Área de Qualidade = Máximo 20 pontos		Nota FA.3: Qualificação Técnica = Máximo 60 pontos		TOTAL:	55,75
() Classificada				() Desclassificada					
OBS: só será classificada a OS que tiver pontuação mínima de 50% de cada área avaliada, SENDO F1 ≥ 10, F2 ≥ 10 e F3 ≥ 30, totalizando pontuação mínima de 50 pontos.									
FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO			
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência / Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações	
	Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxos operacionais compreendendo circulação em áreas restritivas, externas e internas	02 pontos	0,2	53 a 56	https://ferramentasdaqualidade.org/fluxograma/ RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 do ms (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/res0050_21_02_2002.html) ; em conformidade com a ABNT NBR 9050	Apresentação dos fluxos mapeados	Não atendeu ao solicitado Apenas citou alguns exemplos de fluxos e critérios superficiais para criação dos fluxos.	
		Fluxo unidirecional para materiais esterilizados/roupas	02 pontos	1,6	56 a 72	RDC nº 15, de 15 de março de 2012 do MS. (https://www.sindhoesg.org.br/resolucao-%C2%96-rdc-anvisa-no-15-de-15-de-marco-de-2012/)	Verificar se há fluxos cruzados	Não apresentou fluxo unidirecional para rouparia.	
		Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos	0,6	72 a 75	RDC nº 306/04 da ANVISA e a resolução nº 358/05 do CONAMA (https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15135807-res-306.pdf) ; Manual Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde ANVISA -2006	1.Segregação; 2.acondicionamento; 3.classificação; 4.transporte interno; 5.local de armazenamento; 6.transporte externo e destinação final; 7.quantificação das lixeiras	Não apresentou fluxo para resíduos, não quantificou lixeiras.	
	Implantação de gestão	Implantação de Logística de Suprimentos	01 ponto	0,7	75 a 85	Diretrizes sobre Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento de Medicamentos e RDC 430/2020 (https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-430-de-8-de-outubro-de-2020-282070593)	Áreas segregadas (recebimento, armazenamento); Atividades de conferência, separação, reposição e distribuição, processos de limpeza e segurança do ambiente, controle de temperatura e umidade	Apresentou documentação sobre gestão de suprimentos especificando materiais e medicamentos. Apresenta rotinas de recebimento, fracionamento, armazenamento e distribuição. Quanto a distribuição considera se a planta da unidade de saúde é térrea, mas não menciona detalhamento em relação ao CAF e as unidades satélites observadas na planta da unidade pretendida, não sendo possível observar personalização da etapa de distribuição. Descreve estoques monitorados como planejamento das aquisições e Sistema para Gestão de Suprimentos. Não descreve ações quanto ao fornecedor.	
		Proposta para Regimento Interno da Unidade	01 ponto	1	págs 85 a 102	Manual de boas práticas para elaboração de Regimento Interno ANVISA - 2020 (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acao/informacao/institucional/arquivos/manual_ri_anvisa.pdf)	Deve conter na sua estrutura: Da Natureza, Sede e Finalidade; Da Estrutura Organizacional; Das Competências das Unidades; Das Atribuições dos Dirigentes; Do patrimônio e das receitas; e Disposições Gerais.	Em atendimento ao item Proposta para Regimento Interno da Unidade, foi apresentado às págs 85 a 102.	
		Proposta para Regimento do Serviço Multiprofissional	01 ponto	0,2	págs 103 a 121	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Em atendimento ao item Proposta para Regimento Interno da Unidade, foi apresentado às págs 103 a 121 que embora cite as especialidades Enfermagem, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Odontologista, Psicólogo, deixou de citar as demais especialidades que compõem o perfil do HEAL. E embora cite as especialidades acima, apenas descreveu praticamente sobre a enfermagem. Faltando Farmácia, Radiologia, Assistente Social etc.	

FA.1.1 Organização das atividades individualizadas para o estabelecimento/unidade de saúde		Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário	01 ponto	0,5	pag 130 a 133	Manual Brasileiro de Acreditação, Subseção 1.7: Gestão da Tecnologia e Segurança da Informação	Apresenta atividades relacionadas à segurança das informações em meio físico e digital, contemplando coleta, processamento, armazenagem, distribuição de informações, controle e manutenção da infraestrutura tecnológica apropriada ao perfil e complexidade da organização.	Em atendimento ao item Proposta de Projeto de Tecnologia da Informação com vista ao controle gerencial da Unidade e melhoria do atendimento ao usuário (pág 130 a 133) foi apresentado um texto sem apresentar custos e cronogramas de implantação. Foi apresentado o hardware e equipamento a ser utilizado mas não foram descritos os sistemas (softwares) a serem implantados e implementados como prontuário eletrônico, de atendimento, etc..
		Proposta para Regimento do Corpo Clínico	01 ponto	1	págs 121 a 130	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	O Regimento compreende a um documento onde estão descritos o conjunto de normas e regras definidas para regulamentar a atuação dos profissionais, considerando as diversas situações do cotidiano atreladas às funções e determinações dos respectivos conselhos de classes e garantindo alinhamento às políticas institucionais. Contempla as recomendações de atuação e limites éticos de cada profissional, respeitando os códigos de ética de seu respectivo conselho de classe.	Em atendimento ao item Proposta para Regimento do Corpo Clínico foi apresentada proposta às págs 121 a 130.
	Implantação de Processos	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	0,2	133 a 134	Organização Mundial da Saúde : 6 Protocolos Básicos de Segurança do Paciente	A definição dos protocolos devem ser baseados no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente.	Não apresentou proposta de manual de protocolos assistenciais conforme solicitado no item.
						Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.1, número 4		
						RDC 36/2013		
Port.599/2013-MS								
	Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos	02 pontos	1	págs 134 a 144	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 11, número 12	A política de Gestão Financeira é um compromisso, por escrito, que define um conjunto de diretrizes e ações pertinentes a organização Financeira, utilizadas como subsídio para otimização do desempenho e sustentabilidade da organização. Esta política deve estabelecer minimamente: • gestão orçamentária de acordo com as diretrizes estratégicas e demandas operacionais;critérios para orientar as decisões de alocação de recursos; • acompanhamento periódico do desempenho financeiro; • gestão de custos; • gestão de contratos; • gestão do patrimônio; • planejamento e monitoramento financeiro definindo critérios de orientação para as decisões de alocação de recursos;sistema financeiro eficaz usado para registrar e rastrear receitas e despesas passadas, atuais e projetadas e posições financeiras;	Em atendimento ao item Proposta de manual de rotinas para administração financeira e gestão de custos, apresentado às págs 134 a 144 um manual de rotinas para administração financeira sem se aprofundar no item gestão de custos.	
Incrementos de Atividades	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade	05 pontos	4	160 a 168	Regulamento Técnico para Planejamento, Programação, Elaboração e Avaliação de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde - Biblioteca Virtual em Saúde, MS	1.Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar; 3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento.	Apresentou 3 Projetos: 1. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CONTRA VIOLÊNCIA; 2. PROJETO ÂNCORA; 3; PROJETO DE SUSTENTABILIDADE. Todos os projetos apresentaram: objetivos, contextualização, resultados esperados e cronograma; os custos não foram informados como ação sem custo ou dentro do custeio previsto no edital. Não foi possível verificar, na documentação apresentada, se foi realizado levantamento considerando perfil epidemiológico e/ou realidade local para a proposta de dos projetos apresentados, desta forma, não foi possível verificar se os projetos são factíveis considerando as rotinas e estrutura da unidade de saúde pretendida.	
TOTAL DE PONTOS FA.1:				11,00				
FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:			Pontuação Total: 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO		
			Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Comissão de Ética Médica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,40 ponto	0,4	168/179	-Lei 3268 de 30 de setembro de 1957 Dispõe sobre Conselho de Medicina: ---Resolução CFM Nº 2217 DE 27/09/2018 aprova o código de ética médica - RESOLUÇÃO CFM Nº 2.152/2016 Estabelece normas de organização, funcionamento, eleição e competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma	

Comissão de Ética em Enfermagem	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,40 ponto	0,4	179/183	Res. 593/2018 - Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem-CEE nas Instituições com Serviço de Enfermagem.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão de Biossegurança	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	183/190	Lei 11.105 de 24/03/2005 - Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.	Apresentar portaria de Instituição com membros, atividades e cronograma (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	190/200	PORTARIA Nº 2616, DE 12 DE MAIO DE 1998 Programa de Controle de Infecção Hospitalar	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão de Análise e Revisão de Prontuários	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	200/204	Res CFM nº 1821 de 11 de julho de 2007 Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão de Verificação de Óbitos	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,45 ponto	0,45	204/209	RESOLUÇÃO Nº 2.171, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017 Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).	Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA). (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
					https://www.gov.br/cbserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/governanca/superintendencia/comissoes-obrigatorias/ResolucaoCFMComissodebito.pdf				
Comissão de Residência Médica (COREME)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	209/223	Lei No 6.932, de 7 de julho de 1981.	Considerando as determinações da Lei nº 9431 de 6 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais do país, de Programa de Controle de Infecções Hospitalares. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,50 ponto	0,5	223/236	LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005.	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. (Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	236/248	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14457&ano=2022&ato=77eFTVqSkMZpWT26e Ministério do Trabalho e Emprego - Portal Gov. br	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho-SESMT	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,4 ponto	0,4	248/252	https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr4.htm PORTARIA N.º 3.214, 08 DE JUNHO DE 1978 (DOU de 06/07/78 - Suplemento) “Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho”	“Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho”			

FA.2.1 Qualidade Objetiva:
Avalia medidas da proposta de
trabalho para implantação de
comissões

Comissão de Documentação Médica e Estatística	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de atividades Anual	0,2 ponto	0,2	252/259	LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018. Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.	Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.			
					LEI Nº 13.787, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.			
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	259/268	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html	(Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual)			
					https://www.conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/conep/aquivos/CNS%20%20Norma%20Operacional%20001%20-%20conep%20finalizada%2030-09.pdf				
Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional (EMTN)	Proposta de Constituição (membros, finalidade),	0,2 ponto	0,2	268/280	NORMA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM TERAPIA NUTRICIONAL	Norma Técnica que dispõe sobre a Atuação da Equipe de Enfermagem em Terapia Nutricional.			
	Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual				RESOLUÇÃO COFEN Nº 0453/2014	Aprova Norma Técnica que dispõe sobre a atuação de equipe Enfermagem em Terapia Nutricional.			
Comissão de Proteção Radiológica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	280/286	Norma 3.01 CNEM e Diretrizes básicas de Proteção Radiológica	O objetivo desta Norma é estabelecer os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante.			
Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	286/295	RDC 272 222 - GERÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE	Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.			
					RDC 272 222 comentada				
					https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm				
					RDC 306/2004 e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm				
Comitê Transfusional	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	295/301	PORTARIA Nº 158, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016 Redefine o regulamento técnico de	O Comitê Transfusional (CT) é um grupo de profissionais de diferentes especialidades responsável pela definição e avaliação contínua da prática hemoterápica e pela hemovigilância, num serviço de saúde (BRASIL, 2016). De acordo com a Portaria do Ministério da Saúde, nº158 de 4 de fevereiro de 2016 Art. 12. "Toda instituição de assistência à saúde que realiza transfusão de sangue e componentes sanguíneos comporá ou fará Transfusional. § 1º É competência do Comitê Transfusional o monitoramento da prática hemoterápica na instituição de assistência à saúde visando o uso racional do sangue, a atividade educacional continuada em hemoterapia, a hemovigilância e a elaboração de protocolos de atendimento da rotina hemoterápica.			
					RDC Nº 34, de 11 de junho de 2014 - Ministério da Saúde				
Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,25 ponto	0,25	301/312	RDC 36/2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras PORTARIA Nº 529, DE 1º DE ABRIL DE 2013 Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).	Segundo a RDC nº. 36/2013, o NSP é "a instância do serviço de saúde criada para promover e apoiar a implementação de ações voltadas à segurança do paciente", consistindo em um componente extremamente importante na busca pela qualidade das atividades desenvolvidas nos serviços de saúde			
Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0	312/317	PORTARIA GM/MS Nº 1.694 - Brasil SUS DE 23 DE JULHO DE 2021 Institui a Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica	O perfil Epidemiológico, geralmente é traçado por meio de questionários personalizados abordando questões como hábitos de vida, doenças prévias e histórico familiar, por exemplo. Dados complementares podem ser conseguidos de outras maneiras, como análise de interações, utilização de consultas e declarações de saúde.	Não trouxe a comissão referida, sendo que colocou o título na proposta, mas consta o regimento do NIR e sem cronograma.		
					ISO 9001:2015	A Comissão de Avaliação Interna da Qualidade tem como atribuição a condução dos processos de avaliação			

Comissão Interna de Qualidade	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	317/328	PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações aos gestores, monitoramento dos indicadores assistenciais. monitoramento dos indicadores assistenciais. Esses indicadores estão ligados a diversos processos como assistência de enfermagem, protocolos gerenciados entre outros como, por exemplo, a incidência de lesão por pressão, índice de flebite, tempo porta ECG etc. Além dos indicadores de Gestão administrativa da Unidade.		
Comissão de Prevenção e Cuidados com Integridade da Pele	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	328/337	PROTOCOLO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERA POR PRESSÃO Manual de boas práticas da ANVISA	A regulamentação do Programa Nacional de Segurança do Paciente trouxe progresso ao sistema de notificação ao tornar compulsória a notificação de eventos adversos relacionados à assistência, inclusive no que se refere à notificação de lesão por pressão. Papel da Comissão.		
Comitê de Gerenciamento dos Pacientes com Risco para Longa Permanência Hospitalar	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,3 ponto	0,3	337/343	PORTARIA Nº 2.809, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012 Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ferramentas que possibilitam que o protocolo hospitalar, tem por objetivo garantir o atendimento antecipado ao paciente por meio da identificação dos sinais de deterioração clínica.	A internação de Longa Permanência compreende o período superior há 30 dias em que um paciente permanece em um leito hospitalar. Devendo portanto ser monitorado pelo comitê de gerenciamento de riscos, utilizando ferramentas como as escalas de News, Meows (Morbidade materna) e Pews (tratamento pediátrico, de 0 a 16 anos) e outras.		
Núcleo Interno de Regulação (NIR)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	343/351	PORTARIA Nº 3.390, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013 Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008 Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde - SUS.	O Núcleo Interno de Regulação – NIR é um serviço que possibilita o monitoramento do paciente desde a sua chegada à instituição, durante o processo de internação e sua movimentação interna e externa, até a alta hospitalar.		
Comissão de Acidentes com Material Biológico (CAMB)	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	351/357	Classificação de risco de Agentes biológicos	LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005		
					PORTARIA Nº 1.914, DE 9 DE AGOSTO DE 2011 Aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.	Desde sua criação, o objetivo da CBS é definir estratégias de atuação, avaliação e acompanhamento das ações ligadas à Biossegurança de forma a ter o melhor entendimento entre o Ministério da Saúde com órgãos e entidades relacionadas ao tema. As principais atribuições dessa Comissão são: participar e acompanhar nos âmbitos nacional e internacional, da elaboração e reformulação de normas de biossegurança; proceder ao levantamento e análise das questões referentes à biossegurança, visando identificar seus impactos e suas correlações com a saúde humana; propiciar debates públicos sobre biossegurança, por intermédio de reuniões e eventos abertos à comunidade; estimular a integração de ações dos diversos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS), nas questões de biossegurança em saúde; e assessorar, nas atividades relacionadas à formulação, à atualização e à implementação da Política Nacional de Biossegurança.		
Comissão de Farmácia e Terapêutica	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,2 ponto	0,2	357/363	Resolução Nº. 338, de 06 de maio de 2004 - Ministério da Saúde	Estabelece a Política Nacional de Assistência Farmacêutica		
					Farmácia Hospitalar - CFF	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão de farmácia e terapêutica		
						Composição básica: pelo menos, 1 representante da		

Comitê de Compliance	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,1 ponto	0,1	363/367	COMISSÃO DE COMPLIANCE	área de Gestão de Pessoas, 1 do Jurídico, 1 de Compliance e 1 da Auditoria Interna. Com as seguintes atividades básicas: implantar um código de ética na organização; destacar aos colaboradores o fortalecimento institucional que ocorre sempre que seus membros agem dentro dos padrões de conduta da empresa — o que pode ser feito por meio de campanhas de endomarketing; idealizar a realização de programas de treinamento e conscientização, com conteúdos específicos para cada um dos setores (Jurídico, Contabilidade, Vendas etc.); buscar meios de capacitar os tomadores de decisão para que todas as suas ações estratégicas sejam adotadas dentro de padrões éticos, morais e legais; promover um clima ético na organização, enaltecendo valores intangíveis — como honestidade, lisura e justiça — como essenciais ao trabalho de todos.				
	Outras Comissões	Proposta de Constituição (membros, finalidade), Proposta de Regimento Interno e Cronograma de Atividade Anual	0,1 ponto	0,1	***	Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, conforme Política Nacional de Saúde em questão, contendo os requisitos básicos descritos pelo MS.	Descrever orientações quanto: objetivos, composição e competências da comissão	Comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos para transplante (CIHDOTT) (368/372)		
Desenvolvimento da unidade	Projeto de Educação Permanente individualizada	1,0 ponto	0,75	págs 372 a 389	Portaria nº 342 - SES - Institui o Sistema de Gestão de Unidades de ...		Em relação ao Projeto de Educação Permanente individualizada para o estabelecimento de saúde, foi evidenciado às págs 372 a 389 que a candidata apresentou texto mais próximo a um procedimento Operacional Padrão contendo o passo e não propriamente dito um "projeto" como solicitado, atendendo em parte o item.			
	Fluxo de Manutenção Preventiva e corretiva de equipamentos para a unidade de saúde	1,0 ponto	0		Apresentação de documentação a depender da particularidade da unidade de saúde, considerando manual de qualidade da proponente.	Observar intervalos de execução de manutenção, horários de retirada de equipamento das áreas restritas, etc.				
	Possuir parceria com instituições de ensino, ou suas próprias para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de assistência hospitalar e/ou de saúde pública em concordância com o Plano Estadual de Saúde vigente	2,0 ponto	0		Res. CNRM nº 2 de 13/04/2012 Dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Res. Multiprofissional e em Profissional de Saúde		Não identificado no Sumário, evidências em relação ao item Possuir parceria com instituições de ensino, ou suas próprias para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área de assistência hospitalar e/ou de saúde pública em concordância com o Plano Estadual de Saúde vigente.			
					http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/71531-matrizes-de-competencias-aprovadas-pela-cnrm					
					Resolução CNRMS/MEC nº 02, de 13 de abril de 2012,					
CNS nº 001/2013										
Projeto de hospital ensino para a unidade	1,0 ponto	0		Portaria Interministerial MEC/MS nº 285/2015 e alterações posteriores		Não identificado no Sumário, evidências em relação ao item Projeto de hospital ensino para a unidade.				
				Resolução CNRMS Nº 002/2012, de 13 de abril de 2012						

FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital : Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.	02 pontos	1	409/412	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 8	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	A proposta não traz claramente as formas de notificação, tanto como orientações pertinentes aos acompanhantes e não particulariza a emergência como o item solicita.											
		Proposta e metodologia e instrução com definição de horários, critérios e medidas e controle de risco para as visitas aos usuários	02 pontos	1,5	412/417	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasisus/rede-humanizasisus/documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		A proposta não deixa tão claro as medidas e controle de risco para as visitas.											
	Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente	02 pontos	2	417/424	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.4, número 1	A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanhantes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.												
		Proposta de desenvolvimento das ações da ouvidoria vinculada à SES, com pesquisa de satisfação.	02 pontos	2	424/433	https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasisus/rede-humanizasisus/documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf		Os assistentes sociais, atualmente, têm sido convocados a implantar os serviços de ouvidoria nas unidades de saúde, porém, a ouvidoria não é uma atribuição privativa dos assistentes sociais, podendo ser realizada por outros profissionais e também está relacionada à gestão. Com isso, os assistentes sociais que estarão frente à ouvidoria terão objetivos diferentes aos ligados ao serviço operacional desempenhados pelo setor de Serviço Social.											
TOTAL DE PONTOS FA.2:				14,05															
FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:												Pontuação 20 pontos		Página da Proposta	JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO				
												Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída		Referência/ Fonte	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações		
FA.3.1 Experiência Anterior em Gestão Hospitalar da proponente ou de seu corpo diretivo	Experiência da Organização da Sociedade Civil - OSC na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 200 leitos	05 pontos	0	Não aplicável	Apresentação de documentação, conforme edital		Não apresentou.												
	Experiência da Organização da Sociedade Civil - OSC na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200 leitos	04 pontos	4	ANEXO IV (1628 a 1644)	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital Municipal de Teixeira de Freitas: ATESTADO = 148 leitos; CNES= 123 leitos. Conferência realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), realizada em 23/11/23.												
	Experiência da Organização da Sociedade Civil - OSC na gestão de hospitais por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos	03 pontos	3	ANEXO IV (1646 a 1675)	Apresentação de documentação, conforme edital		Hospital de Campanha do Município de FEira de Santana: ATESTADO = 68 leitos; CNES= 68 leitos. Conferência realizada no site CNES (http://cnes.datasus.gov.br/), realizada em 23/11/23.												
	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ativo e regular na área da saúde, com proposta de aplicação do recurso na unidade hospitalar, com anuência posterior da SES/GO	04 pontos	4	444 a 445; ANEXO III (1625)	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou PORTARIA 616 de 16/09/2022, deferindo a renovação CEBAS, pela prestação de serviços ao SUS, no percentual mínimo de 60%, com validade até 11/12/2024.												
	Certificado de Acreditação – ONA, Joint Comission International, Qmentum da Canadá Accreditation International obtidos pela unidade hospitalar durante a gestão da OSS proponente	03 pontos	0	445 a 448	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentou texto descrevendo compromisso para uma futura acreditação ONA, não atendendo ao solicitado no edital.												
	Apresentação de organograma da unidade, com definição das competências de cada membro do corpo diretivo	02 pontos	1,7	448 a 454	https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2016/2147_2016.pdf	representação gráfica da forma como a empresa se divide hierarquicamente, demonstrando os cargos existentes na instituição	Apresentou organograma descrevendo as Diretorias: Geral, Técnica e Administrativa/ Financeira. Descreveu as competências para as Diretorias Geral e Técnica. Não apresentou descrição de competências para a Diretoria Administrativa / Financeira.												
https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2011/1980																			
Fundação Getulio Vargas																			

FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Titulação de especialistas em administração hospitalar e/ou gestão em saúde dos membros da diretoria e gerência que atuarão na unidade, com documento comprobatório de interesse do titular (cada profissional poderá obter no máximo 0,5 ponto).	04 pontos	2	1677 a 1782	Apresentação de documentação, conforme edital		Daniel Rui Diniz: MBA GESTÃO DE SAÚDE= 0,50; Teresa Eugênia Castro: ESPECIALIZAÇÃO ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR = 0,50; Amaury Henriques: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO HOSPITALAR = 0,50 Roseli Pereira: apresentou certificado de graduação - TECNÓLOGA EM GESTÃO HOSPITALAR, e não de pós graduação latu sensu, por isso não pontuou; Carlos Rodrigues: MBA GESTÃO HOSPITALAR)=0,50; Fernanda da Silva: descreve pós graduação Administração Hospitalar somente no currículo por isso não pontuou; Odilon Lobo: não apresentou certificado de pós graduação, por isso não pontuou		
	Experiência mínima de 1 ano no gerenciamento (direção) de Unidade Hospitalar da diretoria ou gerência que atuará na unidade com documento comprobatório do interesse do titular (cada Diretor ou gerente poderá obter no máximo 0,5 ponto).	03 pontos	2	1785 a 1914	RESOLUÇÃO CEM nº 2.147/2016 - Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Heber Araujo: ATESTADO DE DIRETOR MÉDICO = 0,50; Daniel Rui Diniz: ATESTADO DE DIRETOR MÉDICO = 0,50; Yurgan Targe Passos: ATESTADO DE DIRETOR TÉCNICO MÉDICO = 0,50; Elaine Machado: ATESTADO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO = não pontuou por não apresentar cargo de diretoria; Edson Lima dos Santos: ATESTADO DE RT = não pontuou por não apresentar cargo de diretoria; Carla Nascimento: ATESTADO DE DIRETORA ADMINISTRATIVA = 0,50;		
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Apresentação de quadro de pessoal médico por área de atenção compatível com as atividades propostas no plano de trabalho	02 pontos	2	455 a 456	Apresentação de documentação, conforme edital		Apresentado o quadro de pessoal médico para as fases 1,2 e 3, incluindo os especialistas das das linhas de serviço da unidade.		
	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	0,5	1212 a 1314	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2		Apresentou um misto de alguns protocolos de enfermagem, que tem aplicabilidade na urgência e alguns em UTI, sem organização e padronização. Para ambulatório não menciona protocolos e nem rotinas para a área.		
	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	0,8	619 a 1087	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 2.3, número 2	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Páginas 619 a 1087 com o título de protocolos assistenciais médicos nas Emergências e UTI trouxe vários protocolos assistenciais de condutas de Enfermagem das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto pediátrica e Neonatal, como traz também nesse item 03 protocolos médicos, a saber: Angioplastia Coronariana, transplante Cardíaco, Delírium, AVC e TEV ; traz também o protocolo de cirurgia segura.		
FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os ambulatórios, hospital dia e enfermarias, destaques para os plantões e sobreaviso	02 pontos	1	1089 A 1211	Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001 - Ministério da Saúde	Aprovar no âmbito do Sistema Único de Saúde a modalidade de assistência - Hospital Dia	Apresentou Instruções de trabalho para saúde da mulher, os programas de acompanhamento de crescimento e desenvolvimento infantil, linha de cuidado materno-infantil , fluxos de atendimento pré natal de baixo risco, gestação de baixo risco, ações de promoção e apoio aleitamento materno e protocolo de AVC com fluxo de atendimento multiprofissional e com terapia farmacológica, protocolos de IAM, ECG, ECO e Traumato-Ortopedia. Não apresentou protocolos de hospital dia e para ambulatório; não referiu outras especialidades da linha de serviço como vascular, neuro, mastologia, e outros. Quanto aos plantões médicos trouxe apenas o quadro de pessoal médico nas páginas 455 a 456 e não faz nenhuma referência quanto plantões de sobreaviso.		
					Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Minist rio da Sa de	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo- se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS)			
	Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios	01 ponto	0	Pag 457	Portaria Interministerial Nº 2.400, DE 02 DE OUTUBRO DE 2007 Estabelece os requisitos para certificação de unidades hospitalares como Hospitais de Ensino.		Na pág indicada 457 do sumário para o item Proposta para convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágio curriculares, treinamentos em serviços, residências e estágios, nada foi encontrado. Nem constam modelos de proposta de convênios em anexo.		
	Apresentação de título stricto sensu na área de gestão em saúde dos indicadores para a gestão da unidade, com documento comprobatório de interesse do titular	01 ponto	0	Não aplicável	Apresentação de documentação, conforme edital		Descreve, na documentação apresentada, que o título stricto sensu está no ANEXO V, mas o mesmo não foi encontrado. Para Daniel Rui Diniz apresenta currículo (pág. 1677) descrevendo doutorado, mas não apresenta certificado, por isso não pontuou.		

Interdisciplinar	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de internação/enfermarias, UTI, CME e bloco cirúrgico	01 ponto	0,25	1212 a 1314; 619 a 1087	RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012	Dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências. Art. 3º Este Regulamento se aplica aos Centros de Material e Esterilização - CME dos serviços de saúde públicos e privados, civis e militares, e às empresas processadoras envolvidas no processamento de produtos para saúde.	Referiu o título para estes nas páginas 1212 a 1314, porém traz alguns protocolos para UTI e Urgência, sendo que este último não foi pedido neste item, apresentou os protocolos com estrutura sem padronização. Nas páginas 619 a 1087 com o título de protocolos assistenciais médicos nas Emergências e UTI trouxe vários protocolos assistenciais de condutas de Enfermagem das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) adulto pediátrica e Neonatal, como traz também neste item, três(3) protocolos médicos com terapia farmacológica e também o protocolo de cirurgia segura. Não apresentou protocolo na CME.			
	Instrução para o funcionamento do serviço social com especificação de estrutura, normas e rotinas, definidas as áreas de abrangência, horário e equipe mínima	01 ponto	0,5	467/476	Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS - Portal Gov.br O Serviço Social em hospitais: Orientações Básicas - Cress RJ	Descrever demandas dos usuários, atribuições do serviço social nas unidades e recursos materiais e humanos necessários.	Falta na proposta horário e equipe mínima exigido no item.			
	Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima	02 pontos	0,2	476 a 494	Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013 - Ministério da Saúde Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 - Ministério da Saúde					
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima	02 pontos	1	Pag 532	Dimensionamento na administração pública federal	Utilizar modelos qualitativos e quantitativos para o dimensionamento, considerando: a movimentação de pessoal a partir da estimativa do quadro ótimo de pessoal para as diversas unidades de trabalho ou entregas e resultados de um órgão público; subsidiar a necessidade de formulação e entrega de programas e ações de capacitação e desenvolvimento, servindo os resultados do dimensionamento de contraste para as solicitações de eventos instrucionais por parte dos servidores e gestores; completar o processo de gestão do desempenho eminentemente assentado na perspectiva comportamental, podendo os resultados do dimensionamento ser usados como contraste para mitigar vieses de resposta naquela avaliação ou como complemento para a composição de um escore ampliado de avaliação; prover insumos para a elaboração de programas de saúde e segurança dos colaboradores.	Com referência ao item Instrução para o funcionamento da equipe multiprofissional com especificação de normas e rotinas, área de abrangência, horário e equipe mínima (págs 532) a Foram encontrados em outras pags as atribuições e instruções da equipe multiprofissional com suas normas e rotinas, ou seja, documentação desordenada. Misturando administrativo com assistência com custos. não encontrado horário de funcionamento, equipe mínima			
	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	0,5	562 a 566; APÊNDICE (páginas 1365 a 1371)	Portaria Nº 35, de 14 de janeiro de 1986, do Ministério da Educação, que determina a criação de Comissão de Padronização de Medicamentos nos Hospitais de Ensino RENAME Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas- PCDT / MS	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Apresentou texto contextualizando sobre a importância da padronização de medicamentos e de material médicos. Apresentou critérios de padronização, exclusão e inclusão de medicamentos. Apresentou fluxograma de solicitação de medicamentos e materiais médicos. Apresenta lista de medicamentos e material médico como apêndice do protocolo multiprofissional, mas as listas são da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA UBAIRA (APMIU), não apresentando lista personalizada para a unidade de saúde pretendida e, consequentemente, não atendendo o solicitado no edital. Não descreve legislações pertinente, documentação e áreas envolvidas.			
	Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	02 pontos	1	566 a 569; ANEXO VII (págs 1916 a 1934)	Instrução Normativa Serviços Reestruturação do modelo de contratação de serviços terceirizados	Apresenta os critérios jurídicos, para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial	Documentação apresentada descreve fluxos para solicitação e contratação de serviços terceirizados com critérios administrativos. Foi apresentado REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS, LOCAÇÕES, ALIENAÇÕES E UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS contemplando critérios administrativos para contratação. Não foi descrito contextualização específica e nem apresentado critérios específicos para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial como por exemplo: critérios qto a segurança dos funcionários em relação a atividade executada, materiais utilizados e periodicidade de limpeza pertinentes a uma unidade de saúde, condições de monitoramento para cada serviço e documentação específica exigida. Não personaliza os critérios considerando estrutura física da unidade, por exemplo: número de guaritas, existências de áreas de manutenção da unidade de saúde.			

FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações	03 pontos	0	Pág 569	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 9	Constitui um processo de diagnóstico dos aspectos que possam impactar a satisfação dos profissionais quanto ao ambiente interno da organização, planejamento e implementação de iniciativas de melhorias. As dimensões de pesquisa e análise incluem: liderança, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, comunicação, gestão organizacional, práticas de gestão de pessoas, qualidade de vida, segurança, dentre outras, contemplando: Planos de ação voltados às iniciativas de melhoria. Fóruns de discussão de ações de intervenção. Campanhas de comunicação interna para estimular a participação e para apresentação dos resultados.	Referente ao item projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações foi apresentado às pág 569, texto diferente do exigido no edital para o item. Foi apresentado equivocadamente texto cujo objetivo diz: "construir e planejar a comunicação interna com a criação de políticas e procedimentos, reformulação de estrutura e processos, alinhados a Assessoria de comunicação da S3" e logo abaixo se referindo ao Plano de Integridade LEI ESTADUAL Nº 20.489, divergente do solicitado no referido item que deveria apresentar metodologia de clima organizacional que é a ferramenta mais importante para entender o ambiente de trabalho e seus efeitos nos colaboradores, normalmente implantada pelo setor de Gestão de Pessoas/Recursos Humanos por psicólogos.
	Apresentação de plano de cargos e salários	03 pontos	3	Págs 1968 a 1998	https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/publicacoes/arquivos/plano-de-cargos-e-salarios-e-plano-de-funcoes-diretrizes-e-orientacoes.pdf		Referente ao item Apresentação de plano de cargos e salários, é encontrado apenas no arquivo físico, não apresentado portanto na mídia eletrônica. Foi apresentado no anexo IX com total integridade de informações que lhe são requeridas porém não foram apresentados os cargos referentes a médico, a qual supomos
	Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção.	03 pontos	2	Págs 580 a 591	Manual Brasileiro de Acreditação, subseção 1.5, número 3	Consiste em estabelecer as etapas e os critérios para os processos de recrutamento, seleção e desligamento dos profissionais. O processo de recrutamento e seleção deve assegurar competências alinhadas às necessidades da organização e às especificidades dos cargos e definir os requisitos qualitativos/pessoais para o exercício da função	Referente ao item Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho (pág 580 a 590), foi apresentado texto demonstrando o processo de contratação, mas não foi apresentado proposta de termo de contrato de trabalho. Sobre o item Avaliação de Desempenho (pág 587 a 590), foi apresentado texto breve sem demonstrar a metodologia utilizada para tal nem o detalhamento que o item requer. No item sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção (pág 590 a 591) foi apresentado breve texto descrevendo em linhas gerais o procedimento.
	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	0,25	págs 591 e 592)	Planejamento Estratégico de acordo com a ISO 9001:2015	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Referente ao item Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças (págs 591 e 592) Foram apresentadas informações sem robustez que atende o item sobre o requisito e inclusive não apresenta modelo para escalas como solicitado.
FA.3.7 Metodologia de Projetos	Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis.	02 pontos	1	Págs 592 a 600	PORTARIA Nº 936, DE 27 DE ABRIL DE 2011. Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS)	Dispõe sobre as regras e critérios para apresentação, monitoramento, acompanhamento e avaliação de projetos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS).	Em referência ao item Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis, foram apresentados às pág 592 o cronograma de implantação das ações de gestão, mas nada se falou de planejamento e metodologia deste, planos de ação, definição de identidade organizacional., utilização e implantação de ferramentas de gestão . Apresentado planilha de custos pág 600, mas não apresentado nenhum projeto de inovação ou mesmo de gestão como implantação de prontuário eletrônico, etc..
TOTAL DE PONTOS FA.3:			30,70				